



Número: **0800360-20.2019.8.18.0078**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí**

Última distribuição : **25/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO ROBSON RODRIGUES DA SILVA (AUTOR)		DIOGO MAIA PIMENTEL (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9434145	28/04/2020 15:30	Citação	Citação
7691495	28/12/2019 11:35	Despacho	Despacho
7514261	06/12/2019 12:59	Certidão	Certidão
7327268	25/11/2019 16:03	Petição Inicial	Petição Inicial
7327270	25/11/2019 16:03	PI - DPVAT NEGADO-FRANCISCO ROBSON	Petição
7327272	25/11/2019 16:03	DOCS	Documentos
7327277	25/11/2019 16:03	PRONTUARIO MEDICO	Documentos
7327281	25/11/2019 16:03	TELA DE INDEFERIMENTO	Documentos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ Secretaria da Vara Cível da Comarca
Valença do Piauí Rua General Propício de Castro, 394, Centro, VALENÇA
- PI - CEP: 64300-000

PROCESSO Nº 0800360-20.2019.8.18.0078

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Acidente de Trânsito]

AUTOR: FRANCISCO ROBSON RODRIGUES DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

ATO ORDINATÓRIO

De ordem, CITO a parte ré de todo o conteúdo da petição inicial para responder aos termos da presente ação no prazo legal.

ADVERTÊNCIA: Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (Art. 344 do Novo CPC).

Valença do Piauí, 28 de abril de 2020. **JIVAGO DOS SANTOS VIANA**
Secretaria da Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

**Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí DA COMARCA DE
VALENÇA DO PIAUÍ**

Rua General Propécio de Castro, 394, Centro, VALENÇA DO PIAUÍ - PI - CEP: 64300-000

PROCESSO Nº: 0800360-20.2019.8.18.0078

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: FRANCISCO ROBSON RODRIGUES DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Ante as especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento posterior a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art.139, VI, do NCPC e em consonância com o Enunciado n.35 da ENFAM ("Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo").

Cite-se a parte Ré para contestar no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar da carta/mandado que a ausência de contestação implicará no decreto da revelia e na presunção de veracidade dos fatos elencados na petição inicial.

Expedientes necessários.

VALENÇA DO PIAUÍ-PI, 28 de dezembro de 2019.

JUSCELINO NORBERTO DA SILVA NETO

Juiz(a) de Direito da Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí DA COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ

Rua General Propécio de Castro, 394, Centro, VALENÇA DO PIAUÍ - PI - CEP: 64300-000

PROCESSO Nº: 0800360-20.2019.8.18.0078

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: FRANCISCO ROBSON RODRIGUES DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certidão de Triagem

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação e do pedido de gratuidade da justiça, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

valença do piauí-PI, 6 de dezembro de 2019.

SAMUEL CIPRIANO MACHADO LIRA

Analista Judicial/Secretaria da 1ª Vara da Comarca de Valença do Piauí



PDF





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ-PI.

FRANCISCO ROBSON RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, portador
do RG nº 3.291.166 SSP/PI, CPF nº 055.563.203-22, residente e domiciliado na Rua
Zacarias Alves, nº 250, Valencinha, Valença do Piauí-PI, por seu advogado que esta
subscreve (procuração anexa), com endereço profissional localizado na Rua Treze de
Maio, nº 2208, Vermelha, Teresina-PI, vem respeitosamente a presença de Vossa
Excelência, nos termos das Leis nº 6.194/74 e 11.482/07, propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT.

em face de **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**, pessoa
jurídica de direito privado, com sede na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro,
Rio de Janeiro, CEP 20.031.201, CNPJ: 09.248.608.0001-04, pelos motivos de fato e
de direito a seguir expostos.

DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA.

Inicialmente, requer a Vossa Excelência, a concessão dos benefícios da
Gratuidade da Justiça, tendo em vista que a parte autora encontra-se em situação de
insuficiência de recursos, com fundamento legal contido no artigo 5º, LXXIV da
CF/88 c/c o artigo 98 e SS do NCPC.

*Fone: (86) 98863-5505
Rua 13 de Maio, nº 2208, Vermelha, Teresina-PI.
diogomaia80@hotmail.com*





DOS FATOS.

Na data de **08.05.17**, a parte autora foi vítima de acidente de trânsito automobilístico, quando se deslocava em uma motocicleta e de repente perdeu o controle do veículo e não conseguiu parar causando sua queda, como consequência teve **traumatismo em membro inferior esquerdo, ficando com limitação funcional**, conforme relatório médico anexo.

Desta forma, verifica-se que em decorrência do acidente o Requerente encontra-se incapacitado para as ocupações habituais, pois os documentos encartados na exordial são possíveis se inferir a ocorrência dos danos sofridos, sendo incontestado que, do acidente e do dano pessoal lhe resultou a invalidez permanente, daí o direito subjetivo de perceber o prêmio do seguro DPVAT, haja vista sido diagnosticado por médico competente.

O ordenamento jurídico pátrio estabelece que não existe cobertura para a invalidez temporária, devendo a parte interessada comprovar ser a mesma definitiva, já que a indenização não cobre o acidente em si, mas sim as consequências desse sinistro, ou seja, um dano coberto e definido pela lei 6.194/74, condições preenchidas pela parte autora, conforme documentos anexos.

Portanto, Meritíssimo, os danos são inegáveis o que é comprovado não só pelos laudos médicos anexos, bem como o simples olhar na situação do Requerente em audiência.

Contudo, apesar do Requerente estar categoricamente incapacitado permanentemente para o trabalho, com direito, portanto, a receber o valor da indenização, ou seja, **R\$ 9.450,00(nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, decidiu a Requerida, sem respaldo legal e contra as provas constituídas no processo administrativo, **NEGAR** o pagamento devido a Requerente, razão pela qual vem a este Juízo requerer o valor que faz jus a parte autora.

Por fim, o pleito ora formulado tem embasamento legal, haja vista estar comprovada a invalidez permanente da parte autora, um dano lamentável, entretanto,

*Fone: (86) 98863-5505
Rua 13 de Maio, nº 2208, Vermelha, Teresina-PI.
diogomaia80@hotmail.com*





não recebeu da Requerida a atenção devida, já que não fora contemplado com a indenização devida.

DO DIREITO.

DA LEGITIMIDADE PASSIVA.

No Tocante à legitimidade passiva para a Causa é uníssono o entendimento de que qualquer uma das Seguradoras da Sociedade Nacional do Convênio DPVAT, responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório.

Neste sentido, veja a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer Seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável. E satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido. (RESP: nº 401418 – MG RE: 2001.094323-0/ DJ: 10/06/2002 PAG. 220 MINISTRO RUY ROSADO AGUIAR)

DA FIXAÇÃO DO VALOR DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO.

O seguro por danos Pessoais DPVAT é regulado pela Lei 6.194/74 que em seu bojo fixa os eventos acobertados pelo seguro, bem como, o valor a ser paga por cada evento em caso sua ocorrência. Vejamos:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).*
I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)
III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Portanto, a Requerida ao fixar por conta própria o valor da indenização, age em total afronta ao que dispõe a referida norma, pois Reconhecida a incapacidade permanente do segurado, deve ser paga, em sua integralidade, a quantia decorrente de seguro obrigatório (DPVAT), independentemente do grau de invalidez apresentado pela vítima, pois as normas reguladoras, tanto a 6.194/74 quanto a 11.482/07, não

*Fone: (86) 98863-5505
Rua 13 de Maio, nº 2208, Vermelha, Teresina-PI.
diogomaia80@hotmail.com*





estabelecem critérios objetivos para a pretendida fixação proporcional desse valor, não podendo, portanto, ser concedido em patamar inferior à normatizada, outro não o entendimento da jurisprudência:

Ementa: COBRANÇA. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. DESNECESSIDADE DE PROVA DA EXTENSÃO DA INVALIDEZ. LEGISLAÇÃO EM VIGOR (LEI N. 6.194/74, COM AS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI N. 11.482/07) QUE NÃO TRAÇOU TAL DIRETRIZ. DEVER DE INDENIZAR A DIFERENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS NO PATAMAR MÍNIMO, INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 20, §3º, DO CPC E 55, IN FINE, DA LEI N. 9.099/95. RECURSO IMPROVIDO (TJSC - Quarta câmara Civi-I R. In nº 2010.500513-0 Relator: Juiz Mauro Ferrandin, Data: 01/12/2010).

I - Segurado acidentado em 2-10-2007; sinistro OCORRIDO sob a égide da Lei n. 6.194/74, já com as modificações advindas da Lei n. 11.482/07, não necessita comprovar grau de lesão para receber a indenização prevista no art. 3º, II, daquela norma. Eventual quantia paga a menor deve ser subtraída da importância enumerada no permissivo legal em alusão, ou seja, de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). [...]

II. Reconhecida a incapacidade permanente do segurado, deve ser paga, em sua integralidade, a quantia decorrente de seguro obrigatório (DPVAT), independentemente do grau de invalidez apresentado pela vítima, pois as normas reguladoras, tanto a 6.194/74 quanto a 11.482/07, não estabelecem critérios objetivos para a pretendida fixação proporcional desse valor, não podendo, portanto, ser concedido em patamar inferior à normatizada. [...](TJSC, Apelação Cível n. 2008.067098-0, de Lauro Müller, rel. Des. Eládio Torret Rocha, Quarta Câmara de Direito Civil, j. 15.5.2009).

III - Arbitramento dos honorários advocatícios que deve respeitar os parâmetros inseridos no art. 20, § 3º, do CPC, assim como norte específico previsto na Lei de Regência (art. 55, caput).

Com efeito, o seguro obrigatório, ao contrário dos demais contratos desta natureza, é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização tarifada e insuscetível de transação. Correto, então, afirmar que as partes não podem deliberar sobre os valores especificados em lei.

A rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado. E sendo assim, é justo e legal seja a requerida copilada a pagar ao requerente a quantia de **R\$ 9.450,00(nove mil quatrocentos e cinquenta reais), referente a indenização não paga.**

*Fone: (86) 98863-5505
Rua 13 de Maio, nº 2208, Vermelha, Teresina-PI.
diogomaia80@hotmail.com*





Desta forma, descabida é a fixação de valor da indenização por invalidez permanente em valor inferior ao prevista na norma, devendo este juízo revisar tamanha injustiça, determinando de imediato o pagamento da indenização ao requerente nos moldes aqui requerido como medida da mais pura justiça.

DOS PEDIDOS.

Pelo exposto requer a Vossa Excelência:

- a) A citação da Requerida na pessoa de seu representante legal, para querendo comparecer a audiência, oportunidade em poderá apresentar defesa, sob pena de revelia e confissão quanto aos fatos aqui expendidos;
- b) Seja a requerida condenada a fazer o pagamento do seguro obrigatório, no valor de **R\$ 9.450,00(nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**, acrescidos de juros e correção a que faz jus a parte autora, haja vista ter comprovado a sua invalidez permanente, sendo a mesma sequela dano decorrente de acidente automobilístico;
- c) Caso este Juízo entenda pela perícia médica, que seja oficiado o médico/perito oficial para a sua realização, sendo que o ônus deverá ser suportado pela Requerida, ante a hipossuficiência da parte autora e do convênio de nº 69/2015 firmado entre a Demandada e o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí;
- d) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios, este a base de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;
- e) Manifesta a parte autora pela não realização da audiência de conciliação ou mediação;
- f) Requer por fim, a inversão do ônus da prova e que lhe seja deferido o benefício da Gratuidade da Justiça, por não dispor de recursos para suportar as custas processuais.

DAS PROVAS.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidas, especialmente pelo depoimento pessoal da parte autora e dos documentos anexos, sem prejuízo das demais provas eventualmente cabíveis.

DO VALOR DA CAUSA.

Dá-se à causa o valor de **R\$ 9.450,00(nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**.

*Fone: (86) 98863-5505
Rua 13 de Maio, nº 2208, Vermelha, Teresina-PI.
diogomaia80@hotmail.com*

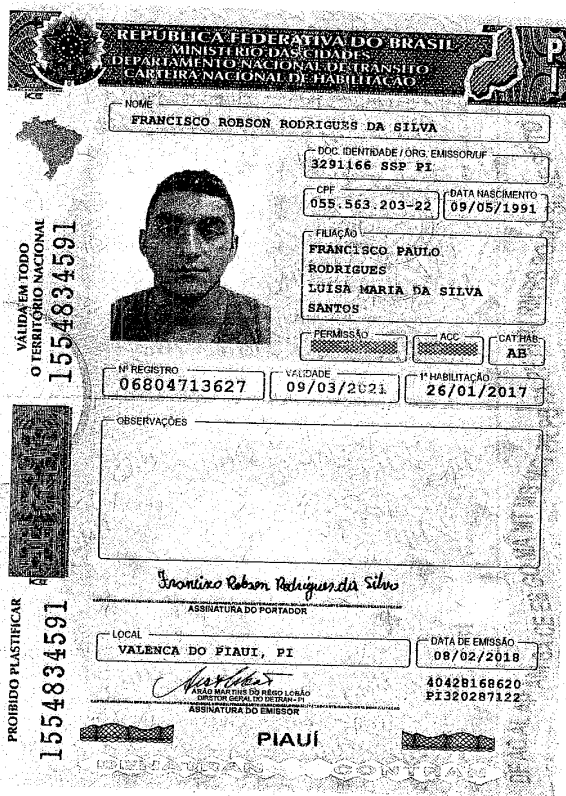
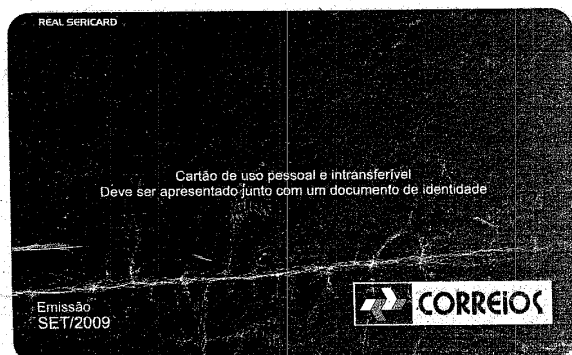
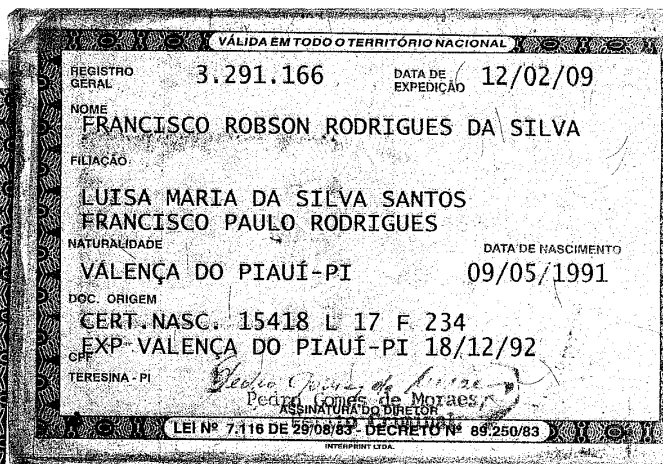




Nesses termos,
Pede deferimento.
Teresina-PI, 20 de novembro de 2019.
Diogo Maia Pimentel.
OAB/PI 12.383

*Fone: (86) 98863-5505
Rua 13 de Maio, n° 2208, Vermelha, Teresina-PI.
diogomaia80@hotmail.com*





PROCURAÇÃO

KUANILIO ROBERTO RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, portador do RG n.º 3.281.166, CPF nº 048.563.203-22, residente e domiciliado na Rua Zacarias Alves, n.º 250, Valença, Valença do Sul, PE, pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui como seu procurador **Dr. DIOGO MAIA PIMENTEL**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PI sob o n.º 12.383, com endereço profissional localizado na Rua 13 de Maio, n.º 2294-B, Bairro Vermelha, Teresina - PI, a quem concede amplos e ilimitados poderes para o foro em geral, com a cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA", nos termos do artigo 38 do Código de Processo Civil, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, em qualquer procedimento que o (a) outorgante seja parte, podendo receber e dar quitação, firmar compromisso, fazer acordo, desistir, transigir, podendo, inclusive, substabelecer, uma ou mais vezes, com ou sem reserva de poderes, para a prática simultânea dos mesmos atos e, finalmente, praticar o que em direito for permitido e necessário ao fiel cumprimento do presente mandato.

Valença (PI), 07 de maio de 2019.

X **Sebastião Roberto Rodrigues da Silva**

Outorgante

Fone: (86) 3163-4040 / 3163-2383 / 3163-8168
Rua 13 de Maio, 2294-B, Vermelha - Teresina/PI
diogomaia@chamail.com



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA.

FRANCISCO ROBERTO RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, solteiro,
Porto do Muc N° 3291.166-997-75, CPF N° 044.463.703-22, residente
e domiciliado na Rua Ismael Alves, nº 290, VALENÇA,
VALENÇA DO PIAUI-PI

DECLARA, com fins de pleitear os **BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**, previsto no inciso LXXIV, do art. 5º da Constituição Federal, c/c parágrafo único, do artigo 4º da lei nº. 1060/50, que é juridicamente pobre, eis que não possui condições financeiras para arcar com as despesas da justiça, especialmente das custas processuais, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família; ciente de que pela falsa declaração de pobreza a declarante responde civil, penal e administrativamente, de conformidade com a legislação vigente.

VALENÇA DO PIAUI-PI 20 de Novembro de 20 19.

X^o Francisco Roberto Rodrigues da Silva





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência

1244 v. 1.0

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 122451.000584/2018-21

Unidade de Registro: DP DE VALENÇA DO PIAUI

Resp. pelo Registro: Pablo Roberto Rocha Nunes

Data/Hora: 12/07/2018 - 20:09

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DP DE VALENÇA DO PIAUI

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

VALENÇA DO PIAUI

Endereço

AVENIDA STANLEY FORTES BATISTA, Nº:

Complemento

BAIRRO VALE VERDE

Data/Hora

08/05/2017 - 11:30

Bairro

OUTROS - ZONA URBANA

Ponto de Referência

PRÓXIMO À PRAÇA GUTEMBERG GOMES MACIE

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: FRANCISCO ROBSON RODRIGUES DA SILVA

RG: 3291166 SSP PI

Mãe: LUISA MARIA DA SILVA SANTOS

Pai: FRANCISCO PAULO RODRIGUES

Endereço: RUA ZACARIAS ALVES, Nº 250

Bairro: VALENCINHA

Cidade: VALENÇA DO PIAUI

Telefone(s): 89-9947-9822

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal acidental no trânsito.

VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Marca:

Modelo:

Ano: Placa:

Chassi:

Renavam:

Cor:

1 - HONDA. NXR150 BROS ES

2013 OUA6451

9C2KD0550DR103992

00531242617

Preta

Condutor: FRANCISCO ROBSON RODRIGUES DA SILVA

RG: 3291166 Órgão: SSP UF RG: PI

End: RUA ZACARIAS ALVES Número: 250 Complemento:

Cidade: VALENÇA DO PIAUI UF: PI Bairro: VALENCINHA

Proprietário: FRANCISCO ROBSON RODRIGUES DA SILVA

End: RUA ZACARIAS ALVES Número: 250

Cidade: VALENÇA DO PIAUI UF: PI Bairro: VALENCINHA

RELATO DA OCORRÊNCIA

O noticiante compareceu a esta Delegacia de Polícia Civil para comunicar: QUE, no dia e horário acima indicados, deslocava-se para a sua residência conduzindo a motocicleta acima descrita; QUE, quando transitava pela Avenida Stanley Fortes Batista um motoqueiro, que vinha de uma rua transversal, entrou na frente do noticiante; QUE desviou de referido motoqueiro para evitar uma colisão, mas acabou por tocar no canteiro central da via, perdeu o controle do seu veículo e caiu no solo; QUE foi socorrido por populares e levado para o Hospital Regional Eustáquio Portela, neste município; QUE de acordo com laudos médicos, sofreu fratura na perna esquerda e escoriações pelo corpo. Era o que tinha a noticiar.

Pablo Nunes
Pablo Roberto Rocha Nunes - Mat. 2814595
AGENTE DE POLÍCIA

Francisco Robson Rodrigues da Silva
FRANCISCO ROBSON RODRIGUES DA SILVA - Noticiante
Responsável pela Informação

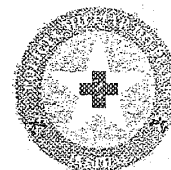
Boletim de Ocorrência emitido em: 12/07/2018 20:09 - SisBO@2011-2018 ATI

Página 1/2





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE
SETOR DE ARQUIVO TÉCNICO



Confere com o(a) original
foi apresentado(a) e deu
Em, 19/09/17

Setor do Arquivo Técnico do HPM
Luis Henrique Vasconcelos Reis 1º TEN. PM
Chefe do Arquivo Técnico do HPM PI
RG: 105198193-2 Mat. 14495-9

NOME DO PACIENTE: Francisco Roberto Rodrigues da Silva
NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 245446/17

Obs: Não fornecemos 2ª via.

HPM - "Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde."

Piauí
GOVERNO DO
DESENVOLVIMENTO

HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE - HPMPI
Av. Higino Cunha, Nº 1642 - Bairro Ilhotas - Teresina-PI
CEP 64.014-220
Fones: (86) 3216-1520/3216 1528

Saúde
Secretaria de Estado





HOSPITAL REGIONAL
EUSTÁQUIO PORTELA
CENTRO, VALENÇA DO PIAUÍ/PI - 64300-000
CNPJ: 06553564001100
(89) 3465-1015 - (89) 3465-1369

HREP - HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA

Atendimento: 08/05/2017

Data: 08/05/2017

Funcionário: DANRLEY

Registro: 01021

Hora: 11:36:00

Tipo: CONSULTA

Sexo: MASCULINO

SUS

Senha 30

FRANCISCO ROBSON RODRIGUES DA SILVA

CPF: 055.563.203-22 - RG: 3291166 - SUS:

Nasc.: 09/05/1991 Idade: 25 ANOS, 11 MESES, 30

Profissão:

Civil:

CEP: 64300

End.: PROJETADA 3, 250 -

Bairro: VALENCINHA

Cidade: VALENÇA DO PIAUÍ/PI

Cor: SEM

Telefone: () -

Mãe: LUISA MARIA DA SILVA SANTOS

Pai: FRANCISCO PAULO RODRIGUE

Clínica: CLÍNICA GERAL

Documento: 4710 - SAMUEL G. DANTAS ARRAES

Responsável: FRANCISCO ROBSON RODRIGUES DA SILVA - Q MESMO

Temp.: 0°C

Peso: 0Kg

P.A.: 0

Procedimentos

08/05/2017 11:36 0301010048 CONSULTA DE PROFISSIONAIS DE NÍVEL SUPERIOR NA ATENÇÃO ESPECIALIZADA (EXCETO ME
08/05/2017 11:38 0301060037 ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EM ATENÇÃO BÁSICA

☐ Vermelho - Emergência ☐ Laranja - Muito Urgente ☒ Amarelo - Urgente ☐ Verde - Pouco Urgente ☐ Azul - Não Urgente

Queixa principal:

paciente com facorização superior em (USD) (MIE) e lesão cortada

Exame clínico/físico:

em (E) por acidente de trânsito (CSIC)

Diagnóstico provável:

Medicação:

*Shrapia Analgesia local
Antissepsia Sutura
curativo local*

Procedimentos/exames realizados:

Ass. Técnico

Solicitado Raio X perna (E)

Samuel G. Dantas Arraes
4710

Francisco Robson Rodrigues da Silva

Responsável: FRANCISCO ROBSON RODRIGUES DA

4710 - SAMUEL G. DANTAS ARRAES

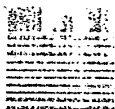


Assinado eletronicamente por: DIOGO MAIA PIMENTEL - 25/11/2019 16:03:17

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112516031737900000007002197>

Número do documento: 19112516031737900000007002197

Num. 7327277 - Pág. 2



HOSPITAL REGIONAL
EUSTÁQUIO PORTELA

VALENÇA-PI

SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL EUSTÁQUIO PORTELA
AV. SANTOS DUMAS, S/N - CENTRO VALENÇA DO PIAÍ
CEP: 33581-000
FONE: (33) 3485-1015

FORMULARIO DE REGULAÇÃO

I - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME

DN

NOME DA MÃE

ENDEREÇO

CIDADE DE ORIGEM

RESPONSÁVEL

II - DADOS DO ENCAMINHAMENTO

CONDIÇÕES DO PACIENTE

DIAGNÓSTICO

EXAMES REALIZADOS

TRATAMENTO REALIZADO

MOTIVO DO ENCAMINHAMENTO

III - DADOS DA REGULAÇÃO/ENCAMINHAMENTO

IV - ASSINATURA DOS PROFISSIONAIS

SENHA: 2017 0508 17.732

DATA DA SENHA: 12.05.17

HOSPITAL: HPM

ESPECIALIDADE: ORTOPIEDIA

MOTORISTA:

ENFERMEIRO (A)

Samuel G. Daniel Araujo
Médico
R. 0505 (A)





POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 51647

PACIENTE: FRANCISCO ROBSON RODRIGUES DA SILVA

NOME DA MÃE: LUISA MARIA DA SILVA SANTOS

DATA DO NASCIMENTO: 09/05/1991

MÉDICO SOLICITANTE: CRM

DATA DA REALIZAÇÃO: 15/05/2017

DATA DO LAUDO: 25/05/2017

CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO

RADIOGRAFIA DA PERNA ESQUERDA EM DUAS INCIDENCIAS

Fratura completa, oblíqua, localizada na região metadiafisária proximal da fíbula, associada à aumento do volume e densidade das partes moles adjacentes.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

Fratura completa, oblíqua, localizada na região metadiafisária proximal da fíbula, associada à aumento do volume e densidade das partes moles adjacentes.

Luis Henrique Sampaio - 1º TEN. P.
Chefe do Arquivo Técnico do HPM P
RG: 105198193-2 Mat. 14495-9

Dr. Liege de Sampaio
Médico
CRM-PI: 4173

LIEGE RIBEIRO SOARES DE SAMPAIO
CRM: 4

Av. Hino Cunha, 16/12 - Ilhotas - Teresina/PI
GER 64014-220 - CNPJ 07.444.159/0002-25

Telefone: (86) 3227-6265
Fax (86) 3216-1520





POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
HOSPITAL DIRCEU ARCOVERDE

"Humanizando e Cuidando Bem de Sua Saúde"

PEDIDO: 52026
PACIENTE: FRANCISCO ROBSON RODRIGUES DA SILVA
NOME DA MÃE: LUISA MARIA DA SILVA SANTOS
DATA DO NASCIMENTO: 09/05/1991
MÉDICO SOLICITANTE: CRM
DATA DA REALIZAÇÃO: 17/05/2017
DATA DO LAUDO: 26/05/2017
CONVÊNIO: SUS - INTERNACAO

RADIOGRAFIA DO TORNOZELO ESQUERDO EM DUAS INCIDÊNCIAS

Estrutura óssea conservada no presente estudo.

Superfícies articulares preservadas.

Aumento do volume e densidade das partes moles do tornozelo.

* Correlacionar com dados clínicos.

Luis Paschoa Vasconcelos I - 1º TGI PI
Chefe do Arquivo Técnico do HPI PI
RG: 105196193-2 Mat. 14495-9

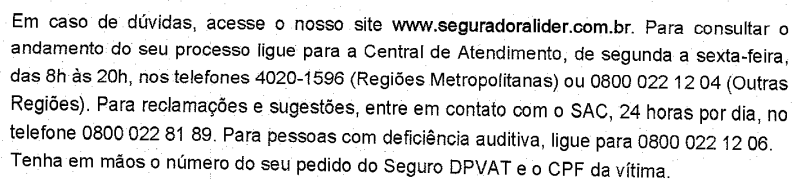

Naira Virginia S. Costa
CRM-PI 3326

NAYRA VIRGINIA DE SOUSA COS
CRM: 3

Av. Higino Cunha, 1642 - Ilhotas - Teresina/PI
CEP: 64014-220 - CNPJ: 07.444.159/0002-25

Telefone: (86) 3227-6265
Fax: (86) 3216-1520





Nº do Pedido do

Vítima: FRANCISCO ROBSON RODRIGUES DA SILVA

Cobertura: INVALIDEZ

Procurador: MARIA DA CRUZ DA SILVA ALCANTARA PEREIRA

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), FRANCISCO ROBSON RODRIGUES DA SILVA

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem seqüela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

